



Boletim de Legislação



EJEJ - *escola que forma e informa*

Nº 884 – 30 de setembro de 2026

Abrangência: 19/09/2026 a 25/09/2026

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEJ disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
LEI Nº 15.509	DOU; 22/09/2026	Altera a Lei n. 8.935, de 18.11.1994, para dispor sobre o prazo prescricional da ação para aplicação de sanções administrativas aos notários e registradores.	Lei 15.509 (Presidência da República)
LEI Nº 15.512	DOU; 23/09/2026	Dispõe sobre princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a efetivação, com absoluta prioridade, do direito da criança e do adolescente à natureza; e altera a Lei n. 6.938, de 31.8.1981, a Lei n. 8.069, de 13.7.1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e a Lei n. 12.187, de 29.12.2009.	Lei 15.512 (Presidência da República)
LEI Nº 15.513	DOU; 23/09/2026	Altera a Lei n. 12.715, de 17.9.2012, para prorrogar a faculdade de dedução do imposto sobre a renda dos valores correspondentes a doações e patrocínios destinados ao Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e ao Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).	Lei 15.513 (Presidência da República)
LEI Nº 15.516	DOU; 23/09/2026	Institui o Protocolo Intersetorial de Atendimento e Resposta Integrada em Situações de Violência, destinado a orientar a atuação das autoridades competentes nos casos de estupro e de outras formas de violência física contra mulher, criança, adolescente e pessoas em situação de vulnerabilidade; e altera a Lei n. 12.845, de 1º.8.2013.	Lei 15.516 (Presidência da República)

LEI Nº 15.517	DOU; 23/09/2026	Altera o Decreto-Lei n. 2.848, de 7.12.1940 (Código Penal) e a Lei n. 8.176, de 8.2.1991, para dispor sobre os crimes de furto e roubo de petróleo e derivados, gás natural e suas frações recuperáveis, álcool etílico hidratado carburante e demais combustíveis fluidos carburantes, inclusive biocombustíveis, e óleos lubrificantes, bem como para tipificar novos crimes contra a ordem econômica.	Lei 15.517 (Presidência da República)
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.393	DOU; 25/09/2026	Altera a Lei nº 14.690, de 3 de outubro de 2023, para instituir a Modalidade Emergencial de Renegociação de Dívidas de Pessoas Físicas Inadimplentes – Desenrola Brasil 3.0 e prever a adoção de medidas de promoção do crédito responsável, altera a Medida Provisória nº 1.373, de 29 de junho de 2026, para estabelecer novo prazo para o Programa Extraordinário de Reequilíbrio Financeiro de Tomadores de Crédito Adimplentes – Desenrola Adimplentes, e dá outras providências.	Med. Prov. 1.393 (Presidência da República)
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.394	DOU; 25/09/2026	Proíbe a exploração, a oferta, a intermediação e a publicidade de loterias de apostas de quota fixa no território nacional, institui o Comitê Interinstitucional de Fiscalização da Exploração e da Publicidade Ilegal de Apostas de Quota Fixa, e altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023.	Med. Prov. 1.394 (Presidência da República)

ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA CONJUNTA Nº 3	DOU; 23/09/2026	Dispõe sobre a proteção do consumidor na veiculação de anúncios e no impulsionamento pago por provedores de aplicações de internet e sobre a proteção contra a publicidade enganosa, abusiva ou fraudulenta e regulamenta a forma de acesso da Secretaria Nacional do Consumidor às informações de que trata o art. 16-M do Decreto n. 8.771, de 11.5.2016, no exercício de suas competências de defesa do consumidor, conforme a Lei n. 8.078, de 11.9.1990.	Port. Conj. 3 (Site da Imprensa Nacional)
PORTARIA CONJUNTA Nº 4	DOU; 21/09/2026	Estabelece regras específicas para a atuação da Polícia Rodoviária Federal e dos demais órgãos federais de segurança pública nos dias 4 e 25.10.2026, datas das Eleições Gerais de 2026, e dispõe sobre o apoio à Justiça Eleitoral.	Port. Conj. 4 (Site da Imprensa Nacional)
PORTARIA CONJUNTA Nº 5	DOU; 23/09/2026	Altera a Portaria Conjunta TSE n. 4, de 14.9.2026, que estabelece regras específicas para a atuação da Polícia Rodoviária Federal e dos demais órgãos federais de segurança pública nos dias 4 e 25 de outubro de 2026, datas das Eleições Gerais de 2026, e dispõe sobre o apoio à Justiça Eleitoral.	Port. Conj. 5 (Site da Imprensa Nacional)

ATOS NORMATIVOS DO BANCO CENTRAL DO BRASIL/DIRETORIA COLEGIADA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 587	DJE/CNJ; 21/09/2026	Altera a Resolução BCB nº 1, de 12 de agosto de 2020, que institui o arranjo de pagamentos Pix e aprova o seu Regulamento, para ajustar dispositivo relacionado aos critérios de participação no Pix; altera o regulamento anexo à Resolução BCB nº 1, de 12 de agosto de 2020, que disciplina o funcionamento do arranjo de pagamentos Pix, para: admitir a iniciação de transações relativas ao produto Pix Automático em conta-salário, instituir a cobrança híbrida, ajustar dispositivo referente ao Pix Saque, ajustar e revogar dispositivos que fazem referência a dispositivo já revogado, inserir dispositivo relativo aos requisitos e aos procedimentos para participação no Pix, ajustar o dispositivo relativo à perda da condição de participante do Pix, atribuir nova obrigação aos participantes do Pix, inserir e ajustar dispositivos que tratam da marcação de fundada suspeita de fraude transacional e inserir dispositivo para disciplinar os recursos interpostos contra decisões do Banco Central do Brasil no âmbito do Pix; e altera o anexo I à Resolução BCB nº 507, de 26 de setembro de 2025, que estabelece o rito de apuração de descumprimento do Regulamento do Pix e os parâmetros para a aplicação de penalidades, para ajustar o prazo para desligamento do Pix de instituição à qual for aplicada penalidade de exclusão.	Res. 587 (Site da Imprensa Nacional)
RESOLUÇÃO Nº 588	DJE/CNJ; 25/09/2026	Altera a Circular nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, que dispõe sobre a política, os procedimentos e os controles internos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil visando à prevenção da utilização do sistema financeiro para a prática dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, de que trata a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e de financiamento do terrorismo, previsto na Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016.	Res. 588 (Site da Imprensa Nacional)

ATOS NORMATIVOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 50	DJE/CNJ; 22/09/2026	Dispõe sobre a convocação em caráter excepcional e temporário de magistrados vitalícios para auxílio aos gabinetes dos ministros integrantes da Primeira, da Segunda e da Terceira Seção e ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos do Superior Tribunal de Justiça.	Res. 50 (Site do STJ)

ATOS NORMATIVOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 430	DJE/CNJ; 23/09/2026	Dispõe sobre a promoção do 3º Concurso Nacional de Decisões Judiciais e Acórdãos em Direitos Humanos, com ênfase no controle de convencionalidade, nos parâmetros internacionais de direitos humanos e na jurisprudência interamericana.	Port. 430 (Site do CNJ)
PORTARIA Nº 442	DJE/CNJ; 24/09/2026	Altera a Portaria Presidência nº 316/2024, que regulamenta o acesso a dados judiciais públicos consolidados pelo Conselho Nacional de Justiça.	Port. 442 (Site do CNJ)
PORTARIA Nº 444	DJE/CNJ; 23/09/2026	Altera a Portaria Presidência n. 69/2017, que instituiu o mês Nacional do Júri como esforço concentrado de julgamento dos crimes dolosos contra a vida.	Port. 444 (Site do CNJ)

ATOS NORMATIVOS DA ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 361	DJE/CNJ; 24/09/2026	Altera a Resolução AGE nº 273, de 28 de maio de 2025, que disciplina a transação resolutiva de litígio relativo à cobrança de créditos não tributários inscritos em dívida ativa do Estado de Minas Gerais, suas autarquias e outros entes estaduais cuja representação incumba à Advocacia-Geral do Estado, prevista na Lei Estadual nº 25.144, de 9 de janeiro de 2025.	Res. 361 (Site da Subsecretaria de Assessoria Técnico-Legislativa do Governo de Minas Gerais)

LEGISLAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
LEI Nº 12.142	DOM; 24/09/2026	Institui o Programa Municipal de Assistência às Vítimas de Intolerância Religiosa.	Lei 12.142 (Site da PBH)
LEI Nº 12.144	DOM; 25/09/2026	Torna obrigatória, pelos estabelecimentos que menciona, a manutenção de cadastro do proprietário, do possuidor ou do responsável legal que entregar aparelho de telefone celular e smartphone para conserto ou revenda.	Lei 12.144 (Site da PBH)

LEI Nº 12.145	DOM; 25/09/2026	Obriga a disponibilização de banheiros de uso exclusivo, de ponto de hidratação e de espaço de apoio para alimentação destinados aos servidores da segurança pública em serviço em eventos com público estimado igual ou superior a 5.000 (cinco mil) pessoas.	Lei 12.145 (Site da PBH)
LEI Nº 12.146	DOM; 25/09/2026	Altera a Lei nº 11.821/25, que obriga os estabelecimentos comerciais que menciona a garantir a segurança, a saúde e o bem-estar de animais.	Lei 12.146 (Site da PBH)

ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 7.829	DJE; 21/09/2026	Regulamenta o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) no valor do auxílio-saúde devido aos servidores que especifica do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.	Port. 7.829 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.830	DJE; 22/09/2026	Designa Juíza Coordenadora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Tupaciguara.	Port. 7.830 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.831	DJE; 22/09/2026	Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Janaúba.	Port. 7.831 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.832	DJE; 22/09/2026	Designa Juiz Coordenador e Juizes-Adjuntos do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Betim.	Port. 7.832 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.833	DJE; 22/09/2026	Designa Juiz Coordenador e Juiz-Adjunto do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Divinópolis.	Port. 7.833 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.834	DJE; 22/09/2026	Designa Juiz Coordenador e Juiz-Adjunto do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Sete Lagoas.	Port. 7.834 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.835	DJE; 22/09/2026	Designa Juíza Coordenadora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Curvelo.	Port. 7.835 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.836	DJE; 22/09/2026	Institui Comissão Especial para a elaboração da proposta de Estratégia Institucional do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais para o ciclo 2027/2032.	Port. 7.836 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.837	DJE; 23/09/2026	Altera a Portaria da Presidência nº 7.720, de 29 de julho de 2026, que "Dispõe sobre a delegação de competência no âmbito da Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária".	Port. 7.837 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.838	DJE; 23/09/2026	Altera a Portaria da Presidência nº 7.471, de 9 de dezembro de 2025, que "Designa servidores para integrarem a Comissão de Recebimento de Material da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais".	Port. 7.838 (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 7.839	DJE; 23/09/2026	Institui Grupo de Trabalho Intersetorial Estadual para atingir os objetivos propostos na Recomendação Conjunta do Conselho Nacional de Justiça nº 2, de 17 de janeiro de 2024, referentes à implantação, ampliação e qualificação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.	Port. 7.839 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.840	DJE; 23/09/2026	Designa os integrantes da Unidade de Monitoramento e Fiscalização de Decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	Port. 7.840 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.841	DJE; 23/09/2026	Altera a Portaria da Presidência nº 7.758, de 3 de agosto de 2026, que "Designa os integrantes da Comissão Especial de Atenção Judicial às Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Extrema, denominada Comissão 'Rua do Respeito'".	Port. 7.841 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.842	DJE; 23/09/2026	Constitui Grupo de Trabalho com vistas a avaliar a evolução do chatbot Fale com o TJMG, verificar a viabilidade de integração dessa funcionalidade com os diferentes canais de comunicação utilizados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e elaborar plano de evolução dessa ferramenta.	Port. 7.842 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.843	DJE; 23/09/2026	Altera a Portaria da Presidência nº 7.741, de 3 de agosto de 2026, que "Institui a Comissão de Equidade de Gênero do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais".	Port. 7.843 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.844	DJE; 24/09/2026	Designa Juíza Coordenadora e Juiz-Adjunto do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Nova Lima.	Port. 7.844 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.845	DJE; 25/09/2026	Dispõe sobre a transferência provisória da gestão de setores da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	Port. 7.845 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.846	DJE; 25/09/2026	Institui as Comissões Temáticas do Centro de Inteligência da Justiça de Minas Gerais para o biênio 2026/2028.	Port. 7.846 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.857	DJE; 23/09/2026	Constitui Grupo de Trabalho com o objetivo de realizar estudos acerca da gestão e destinação de valores e bens oriundos de prestações pecuniárias, pena de multa e perda de bens e valores.	Port. Conj. 1.857 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.858	DJE; 25/09/2026	Altera a Portaria Conjunta da Presidência nº 1.480, de 12 de julho de 2023, que "Estabelece os critérios de utilização do Canal 'Fale com o TJMG' e as regras de tramitação a serem seguidas pelas unidades competentes para tratamento das demandas geradas na plataforma".	Port. Conj. 1.858 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.859	DJE; 25/09/2026	Altera dispositivos da Portaria Conjunta da Presidência nº 1.435, de 30 de janeiro de 2023, que "Dispõe sobre a contratação e a retribuição financeira dos Professores de Instituições Públicas de Educação Superior para atuação em Comissão Especial de Avaliação e Julgamento de Soluções Inovadoras de 'Startups', nos termos do inciso II do § 3º do art. 13 da Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021".	Port. Conj. 1.859 (Site do TJMG)

PORTARIA CONJUNTA Nº 1.860	DJE; 25/09/2026	Altera a Portaria Conjunta da Presidência nº 1.798, de 13 de abril de 2026, que "Consolida o calendário de feriados nas comarcas do Estado de Minas Gerais para o ano de 2026".	Port. Conj. 1.860 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.861	DJE; 25/09/2026	Regulamenta o Núcleo de Justiça 4.0 - Pena Justa como instrumento de apoio da prestação jurisdicional das unidades judiciárias da Justiça Comum de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais com competência em matéria de execução penal.	Port. Conj. 1.861 (Site do TJMG)

ATOS NORMATIVOS DA TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 4.033	DJE; 21/09/2026	Reconhece a Câmara de Arbitragem, Mediação e Conciliação de Montes Claros Ltda. (CAMOC) para oferecimento de curso de formação de mediadores judiciais que atuarão no âmbito do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.	Port. 4.033 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.034	DJE; 23/09/2026	Dispõe sobre a prorrogação do prazo do cadastramento de Primeira Câmara Regional de Mediação e Conciliação Ltda. – EPP (Excelência Mediação) como Câmara Privada de Conciliação e Mediação.	Port. 4.034 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.035	DJE; 23/09/2026	Dispõe sobre a prorrogação do prazo do cadastramento de Câmara Dialogue Mediadora Uberlândia Ltda. como Câmara Privada de Conciliação e Mediação.	Port. 4.035 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.036	DJE; 23/09/2026	Dispõe sobre o cadastramento de Arbitralis S.A. como Câmara Privada de Conciliação e Mediação.	Port. 4.036 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.037	DJE; 23/09/2026	Dispõe sobre a prorrogação do prazo do cadastramento de Roesel Mediações Sociedade Simples Pura como Câmara Privada de Conciliação e Mediação.	Port. 4.037 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.038	DJE; 23/09/2026	Dispõe sobre o cadastramento de Além da Justiça – 1ª Câmara Judicial e Extrajudicial do Sul de Minas Ltda. como Câmara Privada de Conciliação e Mediação.	Port. 4.038 (Site do TJMG)

ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 8.927	DJE; 24/09/2026	Reconduz juiz de direito para o exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de Extrema.	Port. 8.927 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.928	DJE; 24/09/2026	Reconduz juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção às pessoas idosas na Comarca de Extrema.	Port. 8.928 (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 8.929	DJE; 24/09/2026	Reconduz juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção às pessoas idosas na Comarca de Boa Esperança.	Port. 8.929 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.930	DJE; 23/09/2026	Reconduz juíza de direito para o exercício das funções de Diretora do Foro da Comarca de Cambuí.	Port. 8.930 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.931	DJE; 24/09/2026	Reconduz juíza de direito para o exercício das atribuições de proteção às pessoas idosas na Comarca de Cambuí.	Port. 8.931 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.934	DJE; 23/09/2026	Reconduz juíza de direito para o exercício das funções de Diretora do Foro da Comarca de Campos Gerais.	Port. 8.934 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.935	DJE; 23/09/2026	Reconduz juíza de direito para o exercício das atribuições de proteção às pessoas idosas na Comarca de Campos Gerais.	Port. 8.935 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.936	DJE; 23/09/2026	Reconduz juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção às pessoas idosas na Comarca de Cássia.	Port. 8.936 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.937	DJE; 25/09/2026	Reconduz juiz de direito para o exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de Cássia.	Port. 8.937 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.939	DJE; 24/09/2026	Reconduz juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção às pessoas idosas na Comarca de Itambacuri.	Port. 8.939 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.940	DJE; 24/09/2026	Reconduz juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção às pessoas idosas na Comarca de Lagoa da Prata.	Port. 8.940 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.942	DJE; 21/09/2026	Determina a realização de Correição Extraordinária Parcial na Vara Única da Comarca de Nova Era, para fiscalização dos serviços do foro judicial.	Port. 8.942 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.943	DJE; 24/09/2026	Reconduz juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção às pessoas idosas na Comarca de Ouro Fino.	Port. 8.943 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.944	DJE; 24/09/2026	Reconduz juíza de direito para o exercício das atribuições de proteção às pessoas idosas na Comarca de Oliveira.	Port. 8.944 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.945	DJE; 24/09/2026	Reconduz juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção às pessoas idosas na Comarca de Pedro Leopoldo.	Port. 8.945 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.946	DJE; 24/09/2026	Reconduz juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção às pessoas idosas na Comarca de Pirapora.	Port. 8.946 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.947	DJE; 24/09/2026	Reconduz juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção às pessoas idosas na Comarca de São Lourenço.	Port. 8.947 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.948	DJE; 23/09/2026	Determina a realização de Correição Extraordinária Parcial na Vara Única da Comarca de Santa Rita de Caldas, para fiscalização dos serviços do foro judicial.	Port. 8.948 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.949	DJE; 24/09/2026	Reconduz juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção às pessoas idosas na Comarca de São Sebastião do Paraíso.	Port. 8.949 (Site do TJMG)

Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Biblioteca
Sugestões ou críticas: E-mail: cobib@tjmg.jus.br

Para receber o Boletim de Legislação por meio eletrônico, envie e-mail para cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br. O sistema remeterá uma mensagem de confirmação.